

## **Ata da Assembleia Geral Ordinária**

No dia cinco de novembro de dois mil e vinte e um, nas dependências do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário, na cidade de Florianópolis/SC, reuniram-se os membros da Associação Catarinense de Assistentes Sociais do Poder Judiciário, para a realização da Assembleia Geral Ordinária. O evento foi realizado de forma híbrida, ou seja, presencial e virtual. Estavam na assembleia presencialmente os associados: Maíke Evelise Pacher, Leonir Martins Pereira, Fabiana de Macedo Soares Silva, Rosimeri Stein, Rejane Hartmann, Isabel Luzia Fuck Bitencourt, Magali Marcia Grolof, Schirlei Nisch, Olindina Maria da Silva Krueger, Luciane Neitzel Friedrich, Edcleynes Maria Farias dos Santos. A presença dos demais foi registrada de forma virtual. A Assembleia tinha como pauta: 1) Informes; 2) Apresentação de prestação de contas 2020; 3) Apresentação da pesquisa em saúde mental; 4) Risco de Vida, atualização processual e perspectivas de ampliação do direito; 5) Estágio supervisionado obrigatório e não obrigatório; 6) Aplicativo de transporte; 7) Apresentação dos requerimentos realizados ao TJSC em 2020/2021. A presidenta da associação, Olindina Maria da Silva Krueger da Silva, realizou a primeira chamada às dezessete horas. E a segunda chamada às 17h15min, dando-se início a reunião. A presidenta Olindina iniciou a reunião com palavras de boas-vindas à todos os presentes, recordando que no próximo ano teremos eleições da diretoria, explicando inicialmente como será a dinâmica de trabalho orientando quanto a necessidade de registrar sua presença pelo chat com nome, matrícula e comarca, e que cada assunto que for abordado, vai ser aberto inscrição no chat para falar e depois de seu encerramento se passará para o próximo assunto. Passando em seguida para o primeiro ponto de pauta que neste caso será a questão do risco de vida, pelo fato dos advogados estarem presentes neste momento e podemos ouvi-los. Assim, quanto a execução do mandado de segurança quanto ao risco de vida a Dra. Brenda explanou e esclareceu que até o momento quase todos os profissionais entraram com a ação de pagamento dos atrasados, e que apenas 08 pessoas ainda não estão com precatórios em andamento, porque iniciaram processo posteriormente; algumas pessoas já receberam, mas grande maioria está aguardando o pagamento, avisando que apesar de ter previsão para pagamento a partir do próximo ano, os precatórios são pagos atrasados. Dra. Brenda também informou que ainda há possibilidade de ajuizar a ação de execução, tendo em vista que ação judicial que nos concedeu o direito foi julgada em 2019 e temos 05 anos para ajuizar ação a partir desta data. As pessoas que já foram pagas receberam devido a faixa etária (60 anos) ou devido há um rol de doenças específicas, sobre as quais há informações no site da ACASPJ. Como não haviam mais questões sobre a ação de execução do risco de vida, a palavra retornou ao Dr. Pedro que explicou que atualmente há duas ações em andamento ainda, uma delas pela ACASPJ e outra em nome do SINJUSC, ambas em relação ao pagamento do retroativo ao risco de vida e as duas tramitam no Primeiro Grau e estão prontas para julgamento, sendo assim, necessário apenas aguardar o julgamento. Quanto a majoração do percentual do pagamento do Risco de vida, Dr. Pedro afirmou que após estudarem o assunto, existem 04 possibilidades de atuação: 1ª possibilidade: por meio do ingresso de ações individuais requerendo a majoração do valor; 2ª alternativa seria por meio de ações coletivas; a 3ª possibilidade seria protocolar um pedido administrativo ao TJSC; e a 4ª possibilidade seria aproveitar a ação do Mandado de Segurança e nela peticionar que ao cumpri-lo o TJSC não deu o cumprimento correto, integral da decisão, pois o valor pago atualmente não está completo, solicitando portanto, a majoração do valor para 10% e não o valor atualmente pago. Dr. Pedro apresentou os argumentos e sugeriu que entrássemos na discussão através da quarta possibilidade por ele apresentada, ou seja, peticionar a majoração do valor para

pagamento de 10% do valor salarial inicial da categoria de nível superior na própria ação do Mandado de Segurança, indicando que ele não foi executado da maneira correta. Dr. Pedro explicou que no caso de conseguirmos essa majoração na ação do Mandado de Segurança as ações de execução do pagamento dos atrasados já ficariam contempladas. Para tanto, Dr. Pedro sugeriu que fosse apresentada a possibilidade por ele sugerida para aprovação na presente Assembleia, para posteriormente ser informado ao SINJUSC e em seguida o advogado organizar a petição e juntar no processo em andamento. A esse respeito foi questionada a Dra. Brenda sobre a possibilidade da nossa petição quanto a majoração de valor ser acolhida, como ocorreria com relação as pessoas que já receberam, a Dra. explicou que já teríamos um título para ser ajuizado, e se faria a execução complementar para todos. Esclarecidas as dúvidas foi colocado em votação e foi aprovado por aclamação seguirmos a sugestão do Dr. Pedro com relação ao pedido quanto a majoração do valor pago enquanto gratificação referente ao risco de vida. Sra. Olindina agradeceu a presença do Dr. Pedro e da Dra. Brenda e os esclarecimentos pontuados por eles, os quais se colocaram à disposição e se retiraram da assembleia. A presidenta Olindina passou para o próximo ponto da pauta, discutindo assim sobre a questão de trabalho relacionada a nossa atribuição quanto ao atendimento da Assistência Judiciária e a Prestação de Serviços à Comunidade com o intuito de elaborar um pedido para o TJSC com relação a este assunto. Neste sentido, foi solicitado que a associada Isabel, que representou um grupo de trabalho do G-10 formado por ela e as associadas Elaine e Ana Claudia que estão estudando a questão da PSC. Este grupo está estudando o assunto e elaborando um documento que trata desta questão, pontuando as demais atribuições e competências do assistente social e as implementações das Centrais de Penas Alternativas no estado. Após discussões, o encaminhamento realizado foi compor este grupo já citado com mais um ou dois representantes da diretoria para continuar estudando o assunto e depois divulgar aos associados o andamento e as possibilidades que temos de realizar pedido ao TJSC para adequar essa função do assistente social. Em seguida, a associada Carol e representante do SINJUSC abordou a luta contra a reforma administrativa, ela informou que numa reunião da diretoria da ACASPJ solicitou contribuição financeira para associação para produção de material gráfico e de divulgação quanto a mobilização contra a reforma administrativa. Foi solicitado um recurso de R\$ 10.000,00, o qual já está foi utilizado para elaborar um folheto informativo que já foi encaminhado aos associados. Carol também abriu a possibilidade de participação de representantes da ACASPJ na mobilização, inclusive indo para Brasília com este fim. Olindina pontuou que a diretoria tem autonomia para tomar estas decisões urgentes, quanto ao investimento financeiro solicitado pelo SINJUSC. Assim, o pedido realizado pelo SINJUSC de recurso financeiro foi analisado pela diretoria em reunião e foi aprovado. O assunto foi colocado para manifestação dos presentes solicitando que os associados aprovem ou não que a ACASPJ realize ações quanto a mobilização contra a reforma administrativa. Após algumas colocações a associada Alair apresentou uma proposta: no caso de alguma associada sindicalizada mostrar interesse em realizar viagem a Brasília para contribuir na manifestação contra a reforma administrativa seria custeado pelo SINJUSC, no caso de ser uma associada que não é sindicalizada, essa precisaria formalizar pedido à diretoria da ACASPJ para análise da diretoria e avaliação se este valor seria ou não custeado pela ACASPJ. Tal proposta foi colocada em votação e aprovada pela categoria. Em seguida, a Sra. Olindina explicou que no mês de maio de 2021 foi realizada uma reunião da diretoria com as coordenadoras dos grupos regionais, e a partir das demandas apresentadas, estamos informando os encaminhamentos realizados. Passou-se assim palavra para a associada Leonir que repassou informações sobre o requerimento encaminhado ao TJSC para adequação de

infraestrutura, quanto a equipamentos para nossa estação de trabalho no fórum. Ela explicou que foi solicitado um telefone móvel por setor de serviço social de cada comarca, com acesso à internet e que comporte *Whatsapp*, *Teams*, entre outros programas que são necessários para o desenvolvimento do nosso trabalho, e também a instalação de câmera com fone e microfone na nossa estação de trabalho no fórum. O pedido foi encaminhado como requerimento ao TJSC e estamos aguardando o retorno. Quanto a este requerimento, foi sugerido na assembleia pontuar que além das multimídias necessárias, os computadores precisam ter a capacidade de comportar as tecnologias utilizadas, pois alguns profissionais possuem computadores obsoletos. Olindina explicou que o pedido não foi mais amplo, solicitando outros recursos ou subsídio financeiro, porque existe um pedido do SINJUSC neste sentido. Solicitou-se que os associados verifiquem com suas secretarias de foro como está sendo realizado o pedido e aquisição das máscaras. Larri solicitou que a Diretoria da ACASPJ questione a Diretoria de Saúde sobre as estratégias de cuidado para os assistentes sociais, pois as máscaras estão sendo distribuídas de forma diversa em cada comarca, em quantidade diferente e também com qualidade, características diferentes (de tecido, N90, descartáveis). Também foi sugerido questionar sobre a possibilidade de colocar acrílico nas salas e mesas dos assistentes sociais. Em seguida, passou-se a palavra para Rosimeri da comarca de Joinville e vice-diretora da ACASPJ, que tratou do pedido realizado pela associação ao TJSC quanto a possibilidade de remoção/concurso e cargos vagos. Ela explicou que o pedido foi protocolado via ofício em 17.07.2021, explicando que quanto à remoção, houve indeferimento, e a justificativa utilizada foi que não havia concurso em aberto. Sra. Rosimeri salientou que a diretoria não achou suficiente a resposta dada pelo TJSC e foi, portanto, solicitado análise da situação para a Dra. Brenda que irá estudar a questão para que possamos elaborar uma resposta ainda no pedido administrativo com argumentação jurídica. Quanto às vagas em aberto e a abertura de concurso, a resposta do TJSC foi no sentido de que há concurso em andamento. Olindina explicou que assim que o jurídico der algum retorno iremos divulgar no site da ACASPJ o andamento da situação. Encerrado este assunto, a associada Fabiana abordou a questão do aplicativo de transporte para uso no nosso trabalho, demanda essa apresentada pela categoria na reunião das coordenadoras. Ela explicou que foi elaborado uma consulta a categoria sobre o uso e viabilidade do uso do aplicativo do carro, sendo que o resultado da pesquisa está disponível para acesso no site do TJSC. Com o resultado foi encaminhado ofício no mês de outubro de 2021 solicitando uma reunião com a diretoria de transporte para pontuar que o uso do aplicativo não pode ser o único meio de transporte possível aos profissionais para realização de deslocamento necessário às atividades de trabalho, mas este é mais um dos meios para deslocamento, além dos veículos oficiais. Estamos aguardando retorno da Diretoria de transporte para realizar a referida reunião. Encerrado este assunto Sra. Olindina passou a tratar das reuniões com a CEIJ e CEJA, esclarecendo que quando Sra. Mery-Ann enviou e-mail convidando para a reunião com as coordenadoras, essa convocação não ocorreu por meio da associação mas de forma direta pela Mery-Ann às coordenadoras, que a diretoria solicitou a presença de membros da Diretoria de Saúde e da DGP, sendo negado pela Mery-Ann; a ACASPJ tentou compreender o objetivo da reunião, pois no mesmo período também foi convidada para reuniões com a CEIJ que estão formando um grupo de trabalho com vários setores do TJSC, explicando que a ACASPJ foi chamada para participar por um período do grupo de trabalho para apresentar sobre o trabalho do assistente social. Segundo as informações coletadas, este grupo de trabalho está elaborando questionários que serão apresentados para a categoria responder; Foi esclarecido que não fazemos parte do grupo de trabalho e não sabemos o que o TJSC vai realizar com essas respostas, não sabemos se isso vai resultar

em uma possível regionalização ou outro encaminhamento, a informação que conseguimos até o momento é que a intenção é responder as resoluções do CNJ quanto as equipes técnicas necessárias nas Varas de Infância. Olindina esclareceu que as pessoas da diretoria que estão no grupo não concordam de antemão com a regionalização dos serviços, mas que avaliou que não podemos perder a oportunidade de sermos ouvidos. Várias colocações foram realizadas, Carol pontuou que é necessário questionar quais nossos direitos nessas novas configurações de trabalho, por exemplo no caso de ocorrer uma regionalização como ficará definida a questão de acidente de trabalho, custeio com deslocamento, tempo para deslocamento, problemas com energia, pontuando que há necessidade de estudarmos para podermos discutir sobre nossos direitos e sobre produtividade. Como encaminhamento foi sugerido formar um grupo de trabalho para estudar o assunto, constituído inicialmente pelos associados: Carol, Daniela Oliveira, Angela Dal Toé, Rosimeri, Jaqueline da Rosa Meggiato; com relação a diretoria vamos discutir o assunto na reunião que será realizada amanhã e indicar participantes. Passou-se então para informe sobre o estágio supervisionado, Olindina explicou que houve uma solicitação da UFSC para que o estágio remunerado e não obrigatório se tornasse um estágio obrigatório. Para tanto, a associada Maike realizou breve pesquisa quanto ao interesse dos profissionais em ter ou não estágio obrigatório. Diante das poucas respostas e de um equívoco no questionário realizado, foi pontuado que iremos apresentar à categoria uma nova enquete que tem a finalidade de consultar a categoria quanto ao interesse de ter estágio obrigatório, solicitando que todos respondam. Após esse levantamento inicial e de acordo com o resultado, serão realizadas novas discussões e encaminhamento se for o caso. A vice-presidente Rosimeri passou a tratar sobre a pesquisa sobre a saúde dos assistentes sociais, a qual tem como objetivo levantar aspectos que possam contribuir com a saúde e evidenciar os motivos do adoecimento dos profissionais, foi formado um grupo de trabalho pelas associadas Rosimeri, Fabiana, Leonir e dois colaboradores, um deles um psicólogo e outro profissional da saúde. Informando que o questionário está em processo de elaboração e foi solicitado que todos participem quando a pesquisa for lançada para podermos caracterizar melhor este momento que estamos vivenciando. Em seguida passou-se para a apresentação da Prestação de contas do ano de 2020, pois é o ano que já concluímos e que, portanto, precisa ser aprovado. A Associada Schirlei começou a pontuar que realizamos a prestação de contas trimestralmente e que é possível acompanhar no site da ACASPJ. A referida associada apresentou os dados explicando-os e informando que ficará disponível no site. Para encerrar a Assembléia, Olindina informou que como não foi possível realizar reuniões presenciais, este ano a diretoria organizou um “mimo”, um brinde que foi confeccionado com muito carinho pela diretoria e que será distribuído por meio das coordenadoras regionais. Além disso, foram sorteados alguns livros: 01 exemplar do Caderno II - sorteado associado Larri, 12 exemplares do Caderno III: sorteadas as associadas Edcleyne, Gisele Comiram, Olindina, Maike, Fabiana, Schirlei, Raquel da Silva Horner, Elaine Cristina Mendonça, Lidiane Vieira, Sandra Regina Ribeiro Cruz, Luciane Neitzel Friedrich, Daniela Oliveira; duas sacolas ecobags também foram sorteadas. Em seguida, Olindina agradeceu a presença de todos e encerrou a assembleia.